

OS ÍNDIOS XUKURU E AS LIGAS CAMPONESAS (PESQUEIRA-PE, 1961)**THE XUKURU INDIANS AND THE PEASANTS LEAGUES (PESQUEIRA-PE, 1961)**

Edson Silva*

Resumo: O objetivo desse texto é evidenciar a mobilização e participação dos Xukuru nas Ligas Camponesas no início da Década de 1960 em Pesqueira/PE, em terras de um antigo aldeamento indígena invadido pelos latifundiários. A pesquisa foi baseada em registros das memórias orais indígenas, jornais da época, documentação do DOPS e relatórios oficiais. As autoridades alertavam que ocorria a doutrinação dos índios em sua "ignorância" pelos comunistas, mas os índios chamados "caboclos" da Serra do Ororubá que viviam explorados na condição de moradores e trabalhadores assalariados pelos latifundiários, apesar da forte repressão oficial viram nas Ligas uma possibilidade de conquistar parte de suas terras.

Palavras-chave: índios; História; Ligas Camponesas; Nordeste.

Abstract: The aim of this paper is to highlight the mobilization and participation of Xukuru Peasant Leagues in the early 1960s in Pesqueira / PE, in lands of an ancient Indian village overrun by the landowners. The research was based on records of indigenous oral memoirs, newspapers of the time, documentation of DOPS and official reports. Authorities warned that occurred indoctrination of the Indians in their "ignorance" the Communists, but the Indians called "shifting cultivators" Serra do Ororubá living operated on condition of residents and workers by landowners, despite the strong repression seen in official leagues a chance to win some of their land.

Keywords: indians; History, peasant leagues; Northeast of Brazil.

As Ligas Camponesas em Pesqueira: mobilizações contra o latifúndio

Com a manchete "Vitória dos camponeses de Pesqueira" uma notícia publicada pelo Jornal *Folha do Povo* em março de 1960¹, exaltava a organização dos agricultores que com uma greve tinham derrotado os "tatuíras integralistas – os Britos e os Didier". Comparados pelo jornal das Ligas Camponesas aos crustáceos que vivem enterrados na areia, mas a pouca profundidade, e por essa razão são arrancados pelas ondas do mar, as duas famílias da tradicional oligarquia eram donas das fábricas de doces Peixe e Rosa, respectivamente. Reconhecidamente ligadas às hostes políticas conservadoras, na cidade conhecida como "germanófila", em razão dos muitos integralistas, eram acusadas de pagarem salários miseráveis e da exploração dos trabalhadores rurais.

A notícia do jornal acusava também que os "industriais latifundiários" de Pesqueira além de manterem o domínio econômico no município, em seus "feudos" não respeitavam os direitos dos foreiros, agindo com arbitrariedades quando soltavam o gado dentro das lavouras dos agricultores, e depois de destruí-las mandavam plantar o capim. Segundo ainda o texto, no município imperava a "lei da chibata e facão". Violências sexuais contra menores e capangas armados na cidade e no

*Doutor em História Social pela UNICAMP. É professor no Programa de Pós-Graduação em História/UFPE. Leciona História no CENTRO DE EDUCAÇÃO/Col. de Aplicação-UFPE/Campus Recife, e no Curso de Licenciatura Intercultural Indígena na UFPE/Campus Caruaru, destinado a formação de professores/as indígenas em Pernambuco. E-mail: edson.edsilva1@gmail.com

¹*Folha do Povo*, Recife, 22/3/1950. Arquivo Público Estadual de Pernambuco/APE, Fundo SSP 1083. (Documentação do DOPS). O jornal era das Ligas Camponesas em Pernambuco.

campo, a mando dos fazendeiros perseguiram e ameaçavam os trabalhadores com a omissão das autoridades locais. Com a greve, os trabalhadores conquistaram melhores salários e a garantia do respeito aos seus direitos.

O ambiente foi de muita agitação social nos primeiros meses de 1961 na cidade de Pesqueira, localizada a 208 km de Recife. O assunto mais comentado: as Ligas Camponesas. No detalhado relatório investigativo solicitado por um “ofício reservado” da Diretoria do Serviço de Proteção aos Índios/SPI no Rio de Janeiro, estava evidenciado o “ambiente de insatisfação” naquela cidade, uma das muitas no interior pernambucano para onde as Ligas naquele ano já com cerca de dez mil associados, se estenderam desde a Zona da Mata. (Medeiros, 1989: 48).

Estudos apontam que após 1945 ocorreu, com financiamento público, um crescente desenvolvimento agro-industrial no campo provocando a expropriação dos camponeses. Ocorreram então profundas transformações, fosse com expulsões de antigos sitiantes, ou o rompimento das relações de trabalho baseadas na moradia e aforamento de terras, ou ainda pela cobrança abusiva do foro. (Azevedo, 1982) Tais situações provocaram inúmeros conflitos entre camponeses e aqueles que detinham a posse de grandes extensões de terras, os usineiros na Zona da Mata e os fazendeiros na região do Agreste. Os governos populistas pós-Guerra de Juscelino Kubistschek e principalmente o de João Goulart pregaram as chamadas “reformas sociais de base”, dentre elas a Reforma Agrária estimulando a organização e mobilização dos trabalhadores em todo o país entre meados da década de 1950 até os primeiros anos da década seguinte. As Ligas foram, portanto, uma expressão desse quadro social. (Idem).

Um detalhado relatório policial de janeiro de 1962 para a Secretaria de Segurança Pública citava as atividades de “incendiários” em Pesqueira, orientados por José de Alexandre “e auxiliares”, Viana Arcoverde e Manoel Moreira, todos dirigentes das Ligas Camponesas. O documento relacionou várias fazendas atingidas, dentre elas as Fazendas Maravilha e Gravatá de Fernando Didier, a Fazenda Tambores de Praxedes Didier e a Fazenda Ipanema de Moacir Brito de Freitas. Segundo o documento, os tais incêndios causaram “vultosos prejuízos” com a perda da “colheita anual de rações para a criação”. Na cidade estavam ocorrendo reuniões para organização do sindicato rural, sendo que, em uma delas, dentre outras pessoas relacionadas, participara um vereador e um deputado vindo do Recife e um vereador local.²

Na longa matéria publicada em fins de 1962 em um jornal impresso na capital e de grande circulação no Estado de Pernambuco, as Fábricas Peixe anunciavam a execução com sucesso de seu plano de Reforma Agrária em Pesqueira e sete municípios vizinhos, onde existiam terras de seu

² Relatório. De Euclides S. Arruda (investigador nº. 70), em Recife 24/01/ 1962, para Comissário Supervisor/Secretária de Segurança Pública/SSP. APE, Fundo SSP 29285. (Documentação do DOPS).

domínio com plantios de tomates e frutas destinadas a fabricação de doces³. Após enfatizar a importância econômica daquela indústria doceira para o desenvolvimento municipal e regional, o artigo diz da preocupação com o problema social e as condições de vida dos trabalhadores.

A “parceria agrícola” estabelecida pela Fábrica Peixe estava baseada em um contrato escrito com “deveres e obrigações de ambas as partes”, onde a empresa deveria dar toda a assistência técnica, sementes, cuidado com o solo, além de irrigação, habitação para o agricultor e o transporte de toda a sua produção paga em 50%, em um preço previamente fixado pela Peixe. Por sua parte, o agricultor deveria acatar as normas e determinações previstas no contrato, mantendo em bom estado o solo cultivado, a habitação e as estradas, “recebendo para isso retribuição extra”, o que não estava indicado na reportagem. Além disso, ele entregaria toda a sua produção conforme o preço fixado no contrato, “somente plantar na área reservada a lavoura de subsistência, cereais ou lavouras de ciclo curto, afim de que, concluída a colheita e de acordo com o *plano de pecuária, o gado da empresa possa pastar em toda a área*, durante dois ou mais meses, até o início das culturas do ano seguinte”. (Grifamos).

Desde meados de 1950, a Fábrica Peixe detinha em seu poder uma grande área agrícola, onde se situavam as “fazendas” de cultivo com base no trabalho assalariado. A “parceria” proposta por aquela indústria no início dos anos 1960, além de um processo de reestruturação da empresa, foi também uma estratégia de melhorar, mas fundamentalmente modificar as relações de trabalho e produção, salvaguardando os interesses da empresa. A indústria doceira, outrora saudada como promotora do progresso e do grande desenvolvimento regional, dava seus primeiros sinais de decadência, dos quais a perda dos lucros e os custos sociais foram vistos naturalmente com remediáveis. A proposta da Indústria Peixe era principalmente uma resposta das elites econômicas para atenuar os conflitos sociais, decorrentes da concentração de terras e a manutenção de relações de exploração dos trabalhadores rurais em Pesqueira e regiões vizinhas. Os graves problemas sociais eram visto antes de tudo como uma questão de polícia. É sintomático que o recorte de jornal esteja arquivado na documentação do DOPS.

Em fins de 1963, um enviado do Ministério da Agricultura recebia todo o apoio do Governador Miguel Arraes, o do delegado da Superintendência da Reforma Agrária/SUPRA em Pernambuco, para investigar a invasão de terras da União por trabalhadores rurais em Pesqueira. O emissário ministerial transmitiu ao delegado da SUPRA, a recomendação do Ministério na prioridade

³ As Fábricas “Peixe” de Pesqueira executam com sucesso seu plano de Reforma Agrária. *Diário de Pernambuco*, Recife, 09/11/ 1962. APE, Fundo SSP 1083. (Documentação do DOPS).

para Pesqueira em um convênio com o Governo de Pernambuco.⁴ As terras em discussão estavam em Pedra D'Água, na Serra do Ororubá, tradicional local de moradia Xukuru. Tratava-se de uma área de domínio da União, posteriormente cedida a Prefeitura de Pesqueira que arrendara a fazendeiros vindos da Paraíba.

A Fábrica Peixe e as demais indústrias de doces instaladas em Pesqueira entraram em decadência em fins dos anos 1960 e acentuadamente na década seguinte, segundo estudos em consequência das mudanças econômicas onde os capitais passaram a ser investidos no Sudeste do país, em fábricas concorrentes. Ocorreu à desagregação do clã dos Britos, a venda da empresa a um grupo canadense e posteriormente a falência. (Cavalcanti, 1979).

Em meados de 1981, o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pesqueira apelava para a Delegacia Regional do Trabalho por mais de 600 famílias, algumas com mais de 30 anos de trabalho em seis fazendas que pertenciam a Fábrica Peixe e foram repassadas ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE⁵) para pagamentos de dívidas, contraídas com empréstimos públicos.⁶ O BNDE somente receberia as terras da empresa devedora com as escrituras em cartório e sem embaraços com trabalhadores. O sindicalista acusava a empresa de estar pagando indenizações irrisórias e expulsando os moradores das terras das fazendas. Os trabalhadores afirmavam que iriam resistir e não abandonariam as terras.

O perigo comunista e os índios: os Xukuru e as Ligas Camponesas

Em suas memórias, os índios Xukuru do Ororubá falam dos plantios existentes na Serra do Ororubá destinados à indústria do doce, e ainda da época em que trabalharam nas fábricas em Pesqueira. O Pajé Xukuru falou da grande extensão de terra ocupada pela Família Brito com plantios de tomate: “tinham terra que nem o diabo! Aqui logo, começava logo aqui do [Bar do] ‘Papa’ (ponto comercial situado na entrada da atual área Xukuru demarcada), vai a Lagoa e tudo ali em Santana, por ali a fora tudo era deles, né? Sítio do Meio, eles tinham o que? Umas quinhentas quadras! Dava uns quinhentos quadra (SIC) lá em Sítio do Meio. Esse Sítio do Meio foi grilado. Foi tomado”. Ao ser perguntado se tinha trabalhado nas fábricas em Pesqueira, ele respondeu: “Trabalhei na Peixe, eu era menino novo com dezessete anos. Trabalhei na Peixe, trabalhei na CICA, na CICA Norte. A Peixe era dos Brito. A CICA Norte era daquele Severino Paixão e a

⁴Relatório sobre o município de Pesqueira, em 04/12/1963; Ofício do Subchefe do Gabinete do Ministério da Agricultura, em 23/12/1963, para o Presidente da SUPRA. APE, Fundo SSP 29293. (Doc. do DOPS).

⁵ Criado em 1952 pelo segundo governo de Getúlio Vargas.

⁶Sindicalista faz apelo por mais de 600 famílias. *Diário de Pernambuco*, Recife, 06/08/1981. APE, Fundo SSP 30930. (Documentação do DOPS).

Peixinho era dos Brito, também.” O Pajé falou ainda que muitos índios trabalhavam nas fábricas: “Trabalhava, trabalhava muito.”⁷

Portanto, muitos dos trabalhadores nas fábricas de doces na cidade, como também os agricultores na zona rural de Pesqueira eram índios xukurus. Na documentação oficial e nas memórias orais indígenas encontramos relatos das experiências vivenciadas enquanto operários urbanos ou como trabalhadores-moradores em terras de fazendeiros que invadiram do antigo aldeamento indígena de Cimbres. A época e as condições de trabalho dos índios, moradores na Serra do Ororubá, na Fábrica Peixe, foi lembrada por “Seu” Ciço Pereira,

Era muita gente que trabalhava na Fábrica Peixe. Mas era índio. Tudo índio daqui da Serra. Era de vinte, trinta, vinte. Era de vinte, de quinze pra lá que ia toda viagem. Que ia pra Fábrica Peixe toda noite. Mas eles iam fazer sabe o que? Iam trabalhar a noite. Num era trabalhador fichado não. Iam carregar coisas nas costas, tomate, descarregar caminhão todo, que era a Fábrica Peixe lutava com cento e tanto caminhão, viu! Carregando tomate. Ia trabalhar, chegavam todo melado. Trabalhava a noite. Só que eles davam café, né? Davam pão da noite, mas toda noite que viesse, marcavam todo nisso.⁸

As atividades noturnas, para fugir da fiscalização trabalhista já que os trabalhadores eram clandestinos, as difíceis condições de realizá-las, pois era principalmente o serviço pesado de carregar caixas nas costas, descarregar caminhões, etc., foram recordadas também por outros entrevistados. Na área rural em Pesqueira, na Serra do Ororubá, muitos xukurus sem terra moravam “de favor”, em terras sob o controle dos fazendeiros. Pagavam a moradia com o trabalho na lavoura. Muitos trabalharam desde a infância nas lavouras, que eram invadidas e destruídas pelo gado do fazendeiro,

Nós trabalhava arrendado com fazendeiro. Você botava meio hectare de terra ou um hectare. Fazia a broca, fazia a terra, plantava, quando a lavoura, quando nos plantava que nascia o fazendeiro já danava capim dentro! Nós trabalhava arrendado! Porque ali não desfrutava nada! Quando tava começando a desfrutar ele já botava o gado dentro! Pronto, acabava com tudo! Nós ficava sem nada!⁹.

Um entrevistado nascido em Cana Brava, cujos pais nasceram e viveram naquela localidade, falou da falta e das dificuldades do acesso a terra para o trabalho com a exploração e pressão dos fazendeiros,

A dificuldade era grande. Desde o meu tempo, eu caí no trabalho da agricultura com dez anos de idade! Porque o ramo dos meus pais, dos meus avós, tudo era trabalhar na agricultura. Mas não existia terra para trabalhar! Não existia terra para trabalho. Nós trabalhava arrendado com fazendeiro. Você botava meio hectare de terra ou um hectare. Fazia a broca, fazia a terra, plantava, quando a lavoura, quando nos plantava que nascia o fazendeiro já danava capim dentro! Nós trabalhava arrendado! Porque ali não

⁷ Pedro Rodrigues Bispo, “Seu Zequinha”, Pajé Xukuru, 74 anos. Bairro Portal, 29/03/2002 Pesqueira/PE.

⁸ Cícero Pereira de Araújo, “Seu Ciço Pereira”, 81 anos (falecido). Bairro Xukurus, 05/01/2002, Pesqueira/PE.

⁹ Idem.

desfrutava nada! Quando tava começando a desfrutar ele já botava o gado dentro! Pronto acabava com tudo, nós ficava sem nada.¹⁰

Em Brejinho, a situação era semelhante. Ao ser perguntado se seus pais tinham terras, “Seu Malaquias” afirmou que eles trabalhavam somente em terras nas mãos dos fazendeiros,

Terra tinha na fazenda. Própria não. Tinha a moradia. Plantavam um ano ali num lugar cercado, plantava milho, feijão, plantava o que quisesse esse ano, e outro ano, mudava lá outro cercado. Agora nesse ano trabalhava aqui plantava capim e aqui não trabalhava mais, aí mudava para outro, botava os roçados, botava o capim, mudava para outro.¹¹

Outra opção para os índios sem terra era o chamado trabalho arrendado. E também aumentava as pressões dos fazendeiros sobre aqueles que possuíam pequenos pedaços de terras, arrendando-as, comprando-as, tomando-as a força. O que provocou a dispersão de famílias indígenas,

E pagava a renda com a planta do capim ou da palma. Era. E o índio tinha que fazer aquilo mesmo. E eles aqueles, os índios que tinham um pedacinho de terra, ai foram apertando, os fazendeiros foram apertando, foram apertando e eles tudo de boca aberta, nem davam o roçado, nem arrendava e nem nada. Eu compro seu pedacinho de terra e eles besta comprava, vendia ou vendia. Vou sair daqui que doutor fulano vai tomar conta disso aqui e depois pode dele não querer pagar e nós perde, vendiam. Vendiam e iam pra rua e outros ia s'imbora pelo mundo, por aí a fora, vivia por esses cantos.¹²

Em outras localidades algumas famílias herdaram dos seus antepassados pequenos pedaços de terras. Como “Seu Dedé”, nasceu em Sanharó, cidade próxima a Pesqueira, porque seus pais tinham migrado em razão da falta de terras para trabalho. Mas ele voltou a Serra do Ororubá para morar em um pedaço de terra que fora da avó da sua esposa. Ele relatou também as pressões impostas pelos fazendeiros vizinhos para tomar-lhe às terras,

A terra que a gente tinha aqui era dez conta de terra. Era quinze braças por oitenta de altura. Quer dizer que nos papéis da escritura tinha dez conta de terra. A gente não tinha espaço pra nada, porque de um lado o fazendeiro, do outro o fazendeiro. A gente tava como um pão que a gente pega ele e abre no meio e coloca um pedaço de doce e faz sanduíche, a gente tava ali naquela tirinha impressado e ele impressando mais pra gente correr, conseguir correr dali e ele tomar conta.¹³

O Pajé Xukuru, “Seu Zequinha”, recordou que a falta de terras obrigava os índios trabalharem para os fazendeiros. Ele próprio trabalhou nessas condições. Quando eram de seu interesse, os fazendeiros cediam terras para trabalho em regime de pagamento com a maior parte

¹⁰Juvêncio Balbino da Silva, 76 anos. Aldeia Cana Brava, Serra do Ororubá, 15/12/2005. Pesqueira/PE.

¹¹Malaquias Figueira dos Ramos, 62 anos. Aldeia Brejinho, Serra do Ororubá, 17/11/2005. Pesqueira/PE.

¹²Gercino Balbino da Silva, 80 anos. Aldeia Pedra D'Água, Serra do Ororubá, 11/08/2004. Pesqueira/PE.

¹³José Antonio Luiz da Paz, “Seu Dedé”, 48 anos. Aldeia Santana, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE. Entrevistado em 08/04/2004.

da produção, colhida às pressas. Uma pressão crescente até a expulsão dos pequenos proprietários,

Quem ficou com uns pedacinhos, ainda trabalhava naqueles pedacinhos deles. E quem não tinha, tinha que trabalhar a roubo. O pessoal, o fazendeiro abria campina, andava aquele roçado. Eu mesmo trabalhei muito nas propriedades do povo, dos fazendeiros. Eu pagava um saco de milho por quadra, pagava. O pagamento era um saco de milho e a prestação ficava. Fechava pra estação e a fava que a gente ficava, ele não deixava nem amadurecer direito, o camarada apanhava verde mesmo, aí que nós vivia assim, mas teve uma época, que não teve nada. Os fazendeiros tomaram conta.¹⁴

Ele ressaltou que os despossuídos de terras eram os mais oprimidos pelos fazendeiros, que soltavam o gado nos plantios antes do término das colheitas,

Esses é que sofriam demais! Onde trabalhar? Só era do fazendeiro fazer deles o que queria. Dava um pedacinho de terra deste tamanho assim para trabalhar, não deixava a fava criar nem caroço, nem secar, apanhava verde, o milho quebrava verde, ainda o leite correndo pro gado não comer. “Vou botar o gado!”. Muitos já quebrava com o gado dentro! O fazendeiro botava, cada vez mais apertava a dobradiça.

As lembranças das relações de trabalho na condição de moradores nas terras por anos em mãos dos fazendeiros foram relatadas ainda por “Seu Juvêncio”,

Quem não tinha terra, morava de favor, morava com os brancos. Eles botava lá. Eles botava eles para morar, dava uma moradia a eles, botava eles para morar e pra trabalhar eles direto! Trabalhar eles direto! Nunca teve futuro. Eu mesmo trabalhei muito para outros. Trabalhei muito alugado. Eu trabalhei de 1952 para cá, eu morei com o fazendeiro aqui Antônio Zumba, era o homem mais rico dessa região! O nome dele era Antônio Zumba. Agora que ele era muito bom. Ele era muito bom. O nome dele era Antônio Zumba. Só com ele eu trabalhei trinta e dois anos.¹⁵

As relações ora eram clientelistas, ora também ocorriam perseguições e opressões onde os direitos trabalhistas não eram respeitados, nem mesmo na Justiça que ignorava o trabalhador-morador como expressou ainda o entrevistado,

Eu já velho, eu já com idade de 54 anos, para 60, eu trabalhava com ele, mas ele era muito bom para mim. Agora ele criava um neto, mas quando eu saí de lá, eu sofri muito porque trabalhava ele, ele era muito bom pra mim, mas o neto era muito ruim. Depois o terreno que tinha que eu morava, ele passou pro neto. O neto foi e me botou para fora. Eu saí sem direito, ainda botei na Junta, mas a junta não me deu direito. Me deu direito sim, deu arrumar uma casa. E no fim, nem casa de nada, eu perdi.

Nesse ambiente de exploração e opressão as Ligas Camponesas em Pesqueira tiveram a adesão e participação dos índios. Em 1950, o jornal *Folha do Povo* denunciava que “a Tribu Xicurús, composta de uns 10 mil índios” habitantes na Serra do Ororubá “há dezenas de anos”,

¹⁴Pedro Rodrigues Bispo, “Seu Zequinha”, Pajé Xukuru, op. cit.

¹⁵Juvêncio Balbino da Silva, op.cit.

viviam na miséria, sem assistência oficial e eram perseguidos. Afirmava a reportagem que o clero de Pesqueira e o governo eram contrários aos índios, isso a partir de um episódio em que enxadas prometidas e enviadas para os índios pela Secretaria Estadual da Agricultura foram vendidas pelo índio Malaquias funcionário da Prefeitura de Pesqueira. Quando cobrada pelos índios, a Secretaria recebera a informação da Prefeitura que as ferramentas foram distribuídas aos destinatários.

Em 1959, a Liga Camponesa, “a 12 Km da cidade” - zona rural de Pesqueira - foi denunciada à Secretaria de Segurança Pública no Recife. Segundo o documento, o então candidato a Prefeito daquele município, Luiz Neves, afirmou que “se eleito estaria ao lado dos camponeses e resolveria a situação de divisão de terra”. Afirmava o denunciante que o local estava recebendo visitas de “Dr. Julião” (Francisco Julião), que organizara a sede e a diretoria da Liga naquele lugar.¹⁶ A existência da Liga Camponesa entre os índios era do conhecimento da Inspetoria do SPI no Recife, que solicitou ao encarregado do Posto Indígena Xukuru apuração da denúncia de desvio do leite destinado à merenda escolar para a Liga, como constatara um oficial do serviço secreto do Exército.¹⁷

A organização da Liga Camponesa prosperou e era vigiada de perto pelas autoridades. Em 1961, o Delegado de Pesqueira informava que recentemente, “camponeses construíram uma palhoça, sendo a primeira feita pela Liga. Ameaçaram os proprietários com armas, gestos e palavras”.¹⁸ Em um trecho de relatório datado do mesmo ano¹⁹, consta que em Pesqueira a sede da Liga estava na área urbana da cidade. E a sede das Ligas “fora da cidade”, encontrava-se no Posto do SPI onde o chefe era “o agitador Arnaldo Tenório”, que recentemente “tinha criado uma polícia dos índios com seu respectivo fardamento”. Segundo o documento, a Liga “se empenha pelas propriedades Brejinho, Lage Grande, Cana Brava e Caipi”, locais onde registros históricos citam a moradia de xukurus.

A Liga tinha mais de 400 integrantes, dirigidos por Gregório Bezerra, conhecido comunista posteriormente preso pela repressão militar do Golpe em 1964. O investigador mandado sigilosamente a Pesqueira pela Inspetoria Regional do SPI sediada no Recife, elaborou o relatório²⁰ que detalhou a Liga Camponesa entre os índios. Segundo o investigador, afora Pesqueira, os

¹⁶“Parte”. De Eliel T. Vasconcelos, em Recife 8/12/1959, para o Comissário Auxiliar (Secretaria de Segurança Pública/SSP). APE, Fundo SSP 1083. (Documentação do DOPS).

¹⁷Memorando reservado nº. 25. Do Chefe da IR4 Raimundo Dantas Carneiro, em 08/09/1959, para o Encarregado do PI Xukuru Coriolano de Mendonça. Museu do Índio/SEDOC, microfilme 181, fotograma 338.

¹⁸Telegrama. De Modesto Oliveira, Sargento-Delegado, em Pesqueira 27/05/1961, para o Delegado Secretário de Segurança Pública no Recife. APE, Fundo SSP 1083. (Documentação do DOPS).

¹⁹Cópia de um trecho de relatório datado de 25 de setembro de 1961. Relatório das sindicâncias relativas às Ligas Camponesas. Da SSP/Delegacia Auxiliar, para o Comissário Supervisor. APE, Fundo SSP 29285. (Documentação do DOPS).

²⁰Relatório de Paulo Rufino de Melo e Silva, em 08/08/1961, para o Diretor do SPI no Rio de Janeiro. Museu do Índio/SEDOC, microf. 182, fotogs. 806-809.

municípios próximos eram locais de atuação do “famoso Gregório”. Militantes de sua confiança, vindo de outras cidades próximas e até de Vitória de Santo Antão, berço das Ligas Camponesas, visitavam regularmente Pesqueira para fazerem “propaganda comunista”. Um deles, Manuel Moreira agia com descrição, era especialista em guerrilhas e “periodicamente visitava os caboclos, (como eram chamados os Xukuru) constituindo entre eles adeptos”.

Além de Manuel Pereira apontado como “o principal entre os índios”, são citados no relatório Zacarias Pereira, Elói Pereira e Antonio Nascimento que também eram “ardorosos adeptos das Ligas Camponesas”. O investigador chamou a atenção para os índios envolvidos com as Ligas que eram moradores em Brejinho e Cana Brava, acentuando ainda a ausência de adesistas à organização camponesa dos moradores em São José “apesar de ser o núcleo indígena mais perto da cidade e por isso mais próprio a manter contacto com os comandos comunistas”. A observação do investigador revela que, para fugir do controle policial, a Liga entre os índios foi organizada na Serra do Ororubá em um local mais distante da sede do município.

O relatório ainda afirma que a Liga Camponesa em Pesqueira era conhecida como “Sociedade dos Agricultores”, prometendo aos filiados vários auxílios sociais, para os quais era cobrada uma mensalidade e concedida a carteira de sócio. Em uma informação verbal “Seu Zequinha”, o Pajé Xukuru, afirmou que Artur Elói, Manuel Pereira (“Mané Barrete”), Antero Pereira e Zé Miguel, todos moradores em Cana Brava onde nasceu o Pajé, tinham “a carteirinha com a foice e o martelo”. O relatório, citado anteriormente, contabilizou 1500 associados à Liga Camponesa em Pesqueira e que o Bispo diocesano, a exemplo de que ocorria em outros municípios, criara uma associação literária e filantrópica, de cunho moral e religioso destinada aos agricultores e para combater a organização dos comunistas.

A presença de militantes comunistas na Serra do Ororubá teria diminuído, informava o investigador no referido relatório, em razão das ações repressivas tomadas pelas autoridades municipais, com o apoio da chefia do Posto do SPI e do Sargento do Exército comandante do Tiro de Guerra em Pesqueira. O militar tomava imediatas providências sendo informado sobre as visitas de pessoas estranhas e a realização de propaganda comunista entre os índios. Nas conclusões do seu relato o investigador afirmava que “De um modo geral, os nossos índios são levados pelas vantagens a eles oferecidas por seus doutrinadores e dada a sua ignorância, não acredito que os mesmos sigam por convicção a ideologia que eles pregam”.

O policial escreveu estar convicto que mesmo aqueles citados índios envolvidos na Liga não tinham “o necessário entendimento para compreender em toda a sua extensão a ideologia a eles apresentada pelos comunistas”. A visão do investigador expressava a concepção oficial e geral da sociedade da época sobre os índios, tidos como ingênuos passíveis diante da pronta cooptação

pelos perigosos comunistas. Para as autoridades, as condições de vida Xukuru, que reconhecidamente não recebiam uma devida assistência governamental, tornavam-os as potenciais vítimas de ideologias perigosas à ordem social estabelecida. Mas uma análise dos relatos Xukuru sobre o envolvimento com a Liga põe em questão essa concepção. Os Xukuru participaram ativamente na organização e nas mobilizações da Liga Camponesa, tanto na Serra do Ororubá, como no centro de Pesqueira.

“Isso aqui é nosso! Isso é da gente!”

Além das memórias orais os Xukuru, diversos documentos oficiais registram a participação indígena na Liga Camponesa em Pesqueira. A formação de uma polícia indígena foi apoiada pela Inspetoria do SPI no Recife, que remeteu ao encarregado do Posto Indígena Xukuru modelos de fardamento para a milícia.²¹ Indicando que oficialmente, em um primeiro momento, a idéia não tinha nenhuma relação com a Liga Camponesa ou os comunistas, como denunciou a “Parte” enviada meses antes à Secretaria de Segurança Pública no Recife.

Dois entrevistados recordaram a participação na polícia indígena. O primeiro falou ter sido convidado por “Arnaldo”, possivelmente o mesmo denunciado anteriormente como “agitador comunista”. Nas entrelinhas da fala é possível perceber a mobilização para “a festa” como chamavam a organização para ocupação das terras,

Eu fui soldado do SPI. Chegou aqui um chefe, chamado Arnaldo. Nós, esse chefe chegou aí pra trabalhar. Aí o dono do terreno era desse pessoal que num aceitava ninguém no terreno dele. Era desses caboclos antigo. O que é que você veio ver minha terra? – esse rapaz! Eu vim trabalhar com vocês. – Não, aqui não tem ninguém trabalhando pra nós não. Eles falavam tudo assim! Ai ele foi ajeitou e ficou. Mandou fazer um coquetezinho (chapéu) de pano pra nós, vestia uma roupinha e nós. Chamava-se era dez soldado-índio.²²

O segundo entrevistado “Seu Brainha”, citado pelo primeiro como um dos participantes da polícia indígena, falou da sua adesão à milícia: “Arnaldo chegou lá, em Cana Brava, né? E falou pra botar uns guardas lá. Uma polícia, lá. Polícia, milícia, o que é que eles diziam lá, né?” · O entrevistado lembrou que Arnaldo os levou ao quartel, lá receberam uma repreensão e foram presos em Pesqueira,

Ele trouxe pro quartel pra apresentar ao tenente. Eu sem vontade de ser soldado. Nós viemos ficar aqui. Aí pegaram um reboliço lá, por causa dele lá. E nós ficamos!
“-Vocês querem ser polícia, vocês vem aqui, no batalhão. Num sei aonde no 4º Exército, no 2º Exército e pega a farda. Mas com esse homem aí, vocês não pegam, não”. Aí o

²¹Memorando Circular nº. 84/60 que remete cópias das Ordens de Serviço internas nº. 29, 30 e 31. Do Chefe da IR4 Raimundo Dantas Carneiro, em 29/03/1960, para o Encarregado do PI Xukuru Coriolano de Mendonça. Museu do Índio/SEDOC, microfilme 181, fotograma 339.

²²José Pereira de Araújo, “Zé de Ismaé”, 61 anos. Aldeia Cana Brava, 20/12/2004. Serra do Ororubá, Pesqueira/ PE.

homem desapareceu pro Recife, até hoje! Nunca mais veio aqui. Nem vi a cara dele mais nunca na vida!²³

Pela fala do entrevistado, podemos deduzir que se tratava de um serviço de vigilância enquanto existiu a Liga na Serra. Questionado sobre o motivo das prisões “Seu Brainha” respondeu: “Porque tinha que levar os índios prá se apresentarem lá, pra polícia ver, né? Mas, nós não fomos de nada nessa vida, nem eu, nem Zé Cacique, nada”. Pelo relato percebe-se que a prisão ocorrera pelo envolvimento do entrevistado e outros companheiros seus com a Liga Camponesa. Segundo o entrevistado após as prisões, o citado Arnaldo desapareceu.

Em fins de 1963, como já afirmado anteriormente, um enviado do Ministério da Agricultura a Pernambuco declarava que recebeu todo o apoio do Governador Miguel Arraes e do Delegado da Superintendência da Reforma Agrária/SUPRA em Pernambuco, para ir “in loco” a Pesqueira realizar a investigação sobre as invasões de terras da União por trabalhadores rurais. Na apresentação do seu relatório²⁴, o emissário ministerial transmitiu, ao Delegado da SUPRA, a recomendação do Ministério na prioridade para Pesqueira em um convênio com o Governo de Pernambuco. O autor do detalhado relatório afirmou ter buscado informações com vários grupos e pessoas em Pesqueira: com os proprietários de terras, com o Pe. José Maria designado pelo Bispo de Pesqueira para prestar assistência religiosa aos camponeses, o engenheiro agrônomo responsável pelo Posto de Fomento Agrícola na cidade e em reuniões com o sindicato dos trabalhadores rurais, objetivando conhecer “as legítimas reivindicações da classe”.

O agrônomo informou sobre o clima de agitação política “das massas rurais” e suas reivindicações. Da reação dos proprietários contrários aos trabalhadores sindicalizados acusando-os de subversivos que colocavam em perigo a ordem social. As insatisfações dos trabalhadores resultavam da falta de trabalho, pela recusa dos proprietários de aceitá-los, mesmo como arrendatários, quando sindicalizados. A situação estava mais agravada por causa da seca que destruía as lavouras financiadas, sendo os débitos de muitos endividados cobrados, sem amortização, pelo Banco do Brasil.

Os trabalhadores rurais na condição de arrendatários e moradores eram expulsos, tendo inclusive as suas casas destelhadas, informação confirmada pelo Padre José Maria que tentara demover os proprietários de tal atitude, o que justificava para o religioso a organização dos trabalhadores. Diante da situação, o emissário do Governo Federal discorreu sobre o sentido social da propriedade da terra, da legitimidade da sindicalização dos camponeses e da necessidade de “uma reforma agrária cristã e democrática”, para o bem do país, como pregava a CNBB.

²³Idem.

²⁴ Relatório sobre o município de Pesqueira, em 23/12/1963. APE, Fundo SSP 29293. (Documentação do DOPS).

Quanto ao fato de existirem dentre os cerca de 2.000 trabalhadores rurais sindicalizados em Pesqueira, indivíduos oriundos das Ligas Camponesas em uma reivindicação de classe estavam conjuntamente com trabalhadores de inspiração cristã, que seguiam as orientações doutrinárias da Igreja Católica Romana no Brasil, lutando por melhores condições de vida para todos. Afirmava ainda o relator que os trabalhadores tinham invadido terras públicas, demonstrando assim seus propósitos pacíficos, nas expressões de respeito às autoridades do Governador do Estado e do Presidente da República como comprovara, sem razões por esse motivo para o medo dos proprietários de terras.

De volta a Recife, tendo procurado o Governador Miguel Arraes, o emissário do Ministério da Agricultura afirmou que fora informado pelo Governador do envio de tropas da polícia estadual a Pesqueira “como poder menos repressivo do que acompanhamento das soluções jurídicas mantenedoras da ordem pública, sem detrimento dessa ou daquela parte desentendida”. O relator afirmava ainda concluir seu trabalho otimista, apesar da grave situação em Pesqueira, onde “as relações das classes em litígio” poderiam chegar ao extremo, se propagando “a agitação local” por outras regiões e por todo o Estado de Pernambuco.

O relatório embora em nenhum momento tenha citado os índios é claramente favorável a eles, ao constatar que a ocupação ocorrera em terras públicas, seguindo reivindicações antigas e a partir da organização dos “trabalhadores rurais”. Estes reclamavam da falta de trabalho, pois os fazendeiros expulsavam os arrendatários e os sindicalizados. O enviado ministerial além de enfatizar a necessidade da realização de um convênio entre o Ministério da Agricultura e o Governo do Estado de Pernambuco, sugeriu se recorrer à legislação trabalhista em vigor, propondo ainda dentre outras medidas inclusive que o Governo Federal intervisse fixando um prazo legal de três a quatro anos nos arrendamentos, como solução imediata para os conflitos. Que ocorreram como veremos em seguida.

Por ter se envolvido na retomada de Pedra D'Água, Cícero Pereira, morador em Cana Brava, onde havia ocorrido “uma reunião”, foi acusado de subversivo e preso com outras pessoas da Serra do Ororubá e de Pesqueira,

Sabe por que eu já fui preso? Só porque eu fazia parte da, desse pessoal, dessas fera que manda nas usina, que tava a favor das terra. Fizeram reunião em Cana Brava ainda na casa de um pai, desse povo ai, depois dessa reunião. Retomada ai de Pedra D'Água, foi dessa retomada, que dessa época ai que eu fui preso. Eu, Manoel Pereira, Joaquim Neto e Alonso. Teve uma porção lá de Pesqueira foi tudo preso²⁵.

²⁵Cícero Pereira de Araújo, op. cit.

Preso em 1963, ele recordou o apoio do Governador Miguel Arraes a ocupação das terras, bem como o envolvimento de pessoas que aparecem citadas nos documentos oficiais. A ocupação aconteceu, depois de uma missa, por gente vindo de Cana Brava,

Sessenta e três. Ah! Pois dessa década, dessa data. Eu tava que fizeram isso ai. Ai daqui a pouco um mês, Miguel Arraes que era Governo do Estado abriu mão pra D. Luizinha, Zé Arco-Verde, Luiz Arco-Verde, que era o advogado, que era meu advogado. Eu sei que fizeram essa miséria lá na Serra em Cana Brava, depois da missa, que eu nem assisti. A depois da missa juntaram esse povo, muita gente, já ia pra Cana Brava e abriram Pedra D'Água (...), e só porque eu passava por lá e conversava com o povo me trataram como subversivo.²⁶

Outro entrevistado falou que esteve em Pedra D'Água, ocupada pela primeira vez pelos índios. Em uma área coberta de matas, entre os ocupantes estavam os comunistas. A alegria diante das condições do acampamento deixou o entrevistado perplexo,

Foi a 1ª retomada! Agora que na época, tinha lá uma história assim, de dois martelos: um martelo vermelho e um martelo com... Eles cortavam a madeira, quando caía era aquela festa deles. Era tiros de bacamarte, de riú e eles todos fazendo aquela festa. As panelas debaixo dos paus. As caeiras de carvão. Ficou como um bocado de ciganos! Eu só desassombrado!²⁷

A ocupação em Pedra D'Água foi uma ação da Liga Camponesa com a participação indígena em uma área de terras do antigo aldeamento de Cimbres, naquele momento em domínio da União, como expressou o entrevistado: “Foi essa Liga Camponesa. Foi começo da invasão, que invadiram lá a Pedra D'Água. Foi com a Liga Camponesa, isso mesmo. Diziam que 'esse terreno daqui não é de governo mais não. Isso aqui é nosso! Isso é da gente!’”. O entrevistado recordou ainda o motivo da ocupação: “Eles invadiram para trabalhar lá. Que foi como um bocado de ciganos, aquela empanada, lá”.

Com o Golpe Militar de 1964, a repressão foi grande, ocorreram prisões e a expulsão dos ocupantes, como afirmou o mesmo entrevistado: “Saíram correndo. Foi um pau, que não foi moleza! Dessa vez que eles vieram foi o Exército! Prendeu muita gente. Sofreu lá comunistas e homem que não era comunista”.

Em novembro de 1990, os Xukuru recuperaram a área da Pedra D'Água que se encontrava nas mãos de 15 posseiros não-índios paraibanos, arrendatários de terras da União sob domínio da Prefeitura de Pesqueira. Essa reocupação foi um marco na organização e mobilização contemporânea dos Xukuru, que retomaram outras áreas em mãos de fazendeiros o que provocou perseguições, violências e assassinatos de lideranças indígenas a exemplo do Cacique Xicão em

²⁶Idem.

²⁷José Alexandre dos Santos, “Zé de Alexandre”, 76 anos. Bairro Serrinha, em 14/12/05. Serra do Ororubá, Pesqueira/PE.

1998. Com o apoio da sociedade civil, os Xukuru pressionaram a FUNAI para demarcação do território indígena, demarcação ocorrida em maio de 2001.

Bibliografia

1. AZEVEDO, Fernando A. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
2. BEZERRA, Gregório. *Memórias*. (segunda parte: 1946-1969). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
3. CAVALCANTI, Célia Maria de Lira. *Acumulação de capital e a industrialização em Pesqueira (Pernambuco)*. Recife: UFPE, 1979. (Mestrado em Economia/PIMES).
4. FEITOSA, Raymundo Juliano Rego. *Capitalismo e camponeses no Agreste pernambucano: relações entre indústria e agricultura na produção de tomate em Pesqueira-PE*. Recife, UFPE, 1985. (Mestrado em Economia/PIMES)
5. MEDEIROS, Leonilde de S. de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.
6. SETTE, Hilton. *Pesqueira: aspectos de sua Geografia Urbana e de suas interrelações regionais*. (Tese de concurso para provimento efetivo da cadeira de Geografia do Brasil do Colégio Estadual de Pernambuco). Recife, 1956.
7. SILVA, Edson. *Xukuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1959-1988*. Campinas, UNICAMP, 2008. (Tese de Doutorado em História Social).

Artigo recebido em: 08/08/2010

Aceito para publicação em: 05/10/2010